



## **Rádio para quem? Dos ideais educativos de Roquette-Pinto às mãos dos políticos brasileiros: quase 90 anos de história<sup>1</sup>**

Cláudia Figueiredo-Modesto<sup>2</sup>

Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC

### **Resumo**

O rádio no Brasil surge com caráter educativo e cultural e sem interferência do poder executivo ou de bases político-religiosas. Porém, em quase 90 anos de história, sua trajetória aponta para seu uso de maneira distorcida ao que foi idealizado por Roquette-Pinto. O rádio no Brasil ou está nas mãos de políticos ou está no altar. E nesta queda de braço com o poder, os ideais educativos de seu fundador foram massacrados pelos interesses de governantes, legisladores ou da prática religiosa.

**Palavras-chave:** Rádio; educação; poder

### **1 - Através do rádio nasceu a comunicação de massa**

Entre outros feitos importantes, o século XX foi o berço do surgimento do rádio. Neste período, o mundo descobriu o poder da radiodifusão com Orson Welles<sup>3</sup> e com Adolf Hitler<sup>4</sup>. O rádio teve um papel fundamental na história política do século, transmitiu mais que notícias, ideologias, medos e valores. Ele elegeu e sustentou presidentes, e ainda, serviu para propagar ideologias religiosas.

No Brasil, o rádio surge através de Roquette-Pinto<sup>5</sup>, “Pai do rádio brasileiro”, citado por vários autores como o grande idealizador deste veículo de comunicação, principalmente quando em 1922, percebeu a importância do rádio como a forma de comunicação popular e democracia cultural em nosso país.

Ele foi o primeiro a definir uma “alma” para o rádio no Brasil, tendo como princípio a função de educar, de transmitir conhecimentos e lições para os ouvintes, diminuindo assim, o déficit social que até os dias de hoje apresenta seus graves efeitos. (FIGUEIREDO)

### **2 - Rádio Sociedade do Rio de Janeiro**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Intercom, na Divisão Temática de Comunicação Audiovisual, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social (UFJF), especialista em Globalização, Mídia e Cidadania (UFJF). Docente na UNIPAC (Universidade Presidente Antônio Carlos), em Juiz de Fora/MG. Trabalhou em rádio por 15 anos consecutivos já tendo atuado como repórter, chefe de reportagem e produção, apresentadora de programas. É colunista em jornal. E-mail: [figueiredo.claudia@hotmail.com](mailto:figueiredo.claudia@hotmail.com)

<sup>3</sup> Em 1938, Orson Welles produziu uma transmissão radiofônica intitulada A Guerra dos Mundos que causou pânico nos americanos.

<sup>4</sup> Ditador alemão.

<sup>5</sup> Médico, antropólogo e educador brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, em 25 de setembro de 1884.



Roquette-Pinto imaginou uma programação de rádio educativa, dedicada a finalidades científicas e sociais e, no dia 20 de abril de 1923 anunciou a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

No começo de 1923, desmontava-se a estação do Corcovado e a da Praia Vermelha ia seguir o mesmo destino se a Governo não a comprasse. O Brasil ficaria sem rádio. Eu vivia angustiado porque já tinha a convicção profunda do valor informativo e cultural do sistema, desde que ouvira as transmissões que foram dirigidas na época pelos engenheiros J.C. Stroebel, J. Jonotskoff e Mario Liberalli. Uma andorinha só não faz verão; por isso resolvi interessar no problema a Academia de Ciências, presidida pelo nosso querido mestre Henrique Morize. E foi assim que nasceu a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a 20 de abril de 1923.(ROQUETTE-PINTO)

Com o lema “Pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil”, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro iniciou suas transmissões no dia primeiro de maio do mesmo ano e teve como presidente Henrique Morize<sup>6</sup> e Roquette-Pinto como secretário.

O fato de ser resultado da iniciativa de cientistas determinou o caráter educativo da emissora, modelo que seria adotado pelas estações pioneiras instaladas na capital e em outros pontos do país no ciclo inicial de dez anos do rádio brasileiro, compreendido entre 1922 e 1932. (MOREIRA, 2003, p. 44)

A programação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro era composta de execuções de óperas e recitais de poesia, além de cursos de literatura e ciências. Por isso, o início do rádio do Brasil é também um marco para o começo da radiodifusão educativa no país.

No que tange às grandes fases da trajetória do rádio público brasileiro, Marlene BLOIS (1996) é a principal referência brasileira sobre o assunto. Suas pesquisas indicam que o Rádio Educativo brasileiro apresenta seis fases distintas. A pioneira se estende até 1928 com a criação de Rádio-Escolas. Na segunda fase, entre 1929–1940, houve uma consolidação da ideologia inicial com a implantação das Rádio-Escolas e a criação das primeiras redes educativas. A terceira fase, entre 1941–1966, tem como característica a interiorização e extensão da ação no eixo Rio–São Paulo. A quarta fase, entre 1967-1979, foi marcada por ações centralizadoras de utilização do rádio para fins educativos pelo Estado. A quinta fase, iniciada em 79, assinalou a conjugação de meios massivos à Educação e se consolidou com a inauguração de FM educativas. E, por fim, a fase atual do Rádio Educativo, que teve seu início em 95 com o fim do SINRED. Para Blois (1996) a sexta fase consolida o compromisso de radialistas com a Educação,

---

<sup>6</sup> Engenheiro industrial, geógrafo, astrônomo e engenheiro civil francês, naturalizado brasileiro. Radicou-se no Brasil em 1874. Foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Ciências e diretor do Observatório Nacional.



ampliando-se as ofertas radiofônicas educativas, agora também pelas rádios comunitárias. Nesta fase, surgem emissoras educativas na Internet.

O ano de 1925 marca o início do caminho da educação ligada ao rádio. “Começaram as transmissões de aulas de geografia, história do Brasil, higiene, aulas de português, francês, história natural, física e química. Estava implantado o embrião do que, no futuro, viria a se transformar no Projeto Minerva”. (RÁDIO MEC)

Na década de 20, as emissoras funcionavam como associações ou clubes, mantidos por colaboradores.

As condições sob as quais operava a Rádio Sociedade eram, na verdade, comuns às emissoras de então que, num primeiro momento, funcionavam mais como associações ou clubes seletos, onde ao ouvinte cabia também a função de programador musical. Explica-se: como toda novidade tecnológica, o rádio – no seu início – era acessível apenas às pessoas com alto poder aquisitivo. A elite da época, que possuía meios para adquirir um aparelho, gostava de ópera, possuía em casa discos de ópera. Esses discos eram cedidos temporariamente às rádios para que cada uma pudesse programar as suas atrações”. (MOREIRA, 1991, p. 16)

Na década de 30, o rádio entra na fase comercial. Autorizadas pelo então Presidente Getúlio Vargas<sup>7</sup>, as emissoras passam a veicular propaganda no rádio.

Vargas estabeleceu a 1ª Legislação da área, Decreto nº 20.047, de maio de 1931, primeiro diploma legal sobre a radiodifusão que define o rádio como "serviço de interesse nacional e de finalidade educativa" no ano seguinte o Decreto nº 21.111, autoriza a veiculação de propaganda pelo rádio, tendo limitado sua manifestação, inicialmente, a 10% da programação. (PRETTO, 2007)

E foi a partir daí que a arrecadação financeira dos associados foi substituída pela contribuição financeira dos anunciantes. Vieram então os programas de auditório e o rádio iniciava sua fase espetacular, com programas de auditório e mais tarde, de radionovelas, esportes, etc. Para Moreira (2003), “o contexto histórico do período encaminhava a radiodifusão educativa para a seara de controle do Estado”.

Em 07 de setembro de 1936, exatos 14 anos depois da transmissão experimental do centenário da Independência, Roquette-Pinto doou a emissora para o Ministério da Educação, temendo que a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro perdesse suas

---

<sup>7</sup> Presidente da República por duas vezes. Na primeira vez, de 1930 a 1945, governou o Brasil em três fases distintas: de 1930 a 1934, no governo provisório; de 1934 a 1937, no governo constitucional, eleito pelo Congresso Nacional; e de 1937 a 1945, no Estado Novo. Na segunda vez, de 1951 a 1954, governou o Brasil como presidente eleito por voto direto. Criou o programa Hora do Brasil, mais tarde o nome passou para Voz do Brasil.



características iniciais de rádio cultural e educativa. A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro então se transformou na Rádio Ministério da Educação, ou Rádio MEC AM<sup>8</sup>.

Roquette-Pinto recusou-se a inserir anunciantes, mantendo a renda da rádio por meio das taxas dos sócios. Roquette-Pinto não conseguia arrecadar dinheiro suficiente para a manutenção e atualização dos equipamentos. Não conseguia ampliar sua potência e as óperas que transmitia foram superadas pela popularidade das marchinhas carnavalescas que eram tocadas pelas concorrentes que se fartaram de verbas publicitárias. (FIGUEIREDO)

Por não veicular publicidade, a Rádio Sociedade passou por várias crises financeiras.

Para continuar na ativa teria que se mercantilizar, recebendo matérias pagas e, em consequência, se rendendo ao mercado. Porém esta política iria contrariar a finalidade da própria instituição, fundada com fins exclusivamente artísticos, técnicos, científicos e voltada à educação popular. Em sua fundação foi bem clara a idéia de que a sociedade jamais se envolveria em nenhum assunto de natureza política, profissional, industrial ou comercial. (RÁDIO MEC)

A solução foi cumprir o último ato dos estatutos que dizia que na impossibilidade de continuar dentro de seu princípio básico, a rádio seria entregue ao governo. Assim, a Rádio Sociedade mudava de nome e passava ao controle do Governo Federal, através do Ministério da Educação e Saúde. Os dois primeiros anos da Rádio MEC contaram com a direção de Roquette-Pinto, que monitorava a programação dedicada a música clássica, jazz e cultura popular, além de incluir peças educativas de radioteatro e programas sobre literatura, poesia, teatro e cinema. “À proporção que os cientistas se afastavam da rotina obrigatória da rádio, esta foi adquirindo características semelhantes às que possuíam em outros países. O divertimento tomava o espaço da cultura”. (Rádio MEC)

Nesta nova fase foi instituído o horário obrigatório e gratuito obrigando as emissoras de radiodifusão brasileiras a transmitir, diariamente, programas educacionais.

A Rádio MEC, em seus 80 anos, foi um palco privilegiado para grandes momentos da poesia e da música brasileiras. Lá recitaram seus poemas Cecília Meirelles, Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. E a música rolou solta, na descontração de bambas como Jacob do Bandolim e Altamiro Carrilho; na técnica privilegiada de eruditos como Villa-Lobos e Francisco Mignone e na versatilidade de Guerra Peixe e Radamés Gnattali. (AVELAR, 2004)

---

<sup>8</sup> A emissora nasceu em 7 de setembro de 1936, a partir de uma doação feita por Roquette-Pinto ao Ministério da Educação. Ao doar a pioneira Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Governo Federal, o cientista exigiu que a emissora sempre mantivesse sua missão educativo-cultural. Disponível em <http://www.radiomec.com.br/70anos/>



Na década de 70, surgiu o Projeto Minerva, uma homenagem à Deusa da Sabedoria, em que a Rádio MEC transmitia em cadeia cursos de primeiro grau, complementados com material impresso. Em pouco tempo o projeto foi ampliado para fornecer ao povo a formação de segundo grau através da radiodifusão. Através do Projeto Minerva, a escola passou a ir até o aluno, ao invés do aluno ir até a escola.

O Projeto Minerva destinava-se à complementação do trabalho de sistemas educativos tradicionais, à colocação supletiva de adolescentes e adultos e à educação continuada. Podia abranger qualquer nível de escolaridade, divulgação ou orientação educacional pedagógica e profissional. Os programas eram produzidos e veiculados para as diferentes regiões brasileiras. (Ibid)

O Projeto Minerva transmitia séries produzidas por outras entidades, que eram avaliadas e deveriam atender aos objetivos educacionais do projeto. Eram transmitidos os Cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, da Fundação Padre Landell de Moura, e o Madureza Ginásial e o Primário Dinâmico, da Fundação Padre Anchieta. Todos esses programas estavam baseados no conteúdo das Leis de Diretrizes e Bases.

Com o fim do Projeto Minerva, a Rádio MEC manteve-se como principal produtora de programas educativos e culturais. De acordo com a história da emissora, em 1981, ela passou a fazer parte da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FUNTEVÊ) como Centro de Rádio Educativo. No dia 18 de dezembro do mesmo ano, foi inaugurado, no Estúdio Sinfônico da Rádio MEC, o Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquette-Pinto. E em 1982, através de uma portaria interministerial definiram-se as diretrizes para o Programa Educativo-Cultural, prevendo a criação de um Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa. No ano seguinte, através da Portaria do Ministro da Educação e Cultura, é criado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa - SINRED.

O compromisso de que a Rádio MEC transmitisse apenas programação educativa-cultural e não fosse submetida a qualquer tipo de apelo comercial, político ou religioso, assumido através de ato jurídico perfeito, foi mantido até 1995, quando, logo no início de seu governo, o então presidente Fernando Henrique Cardoso<sup>9</sup> desvinculou a Rádio daquele ministério e colocou-a, junto com a TVE, sob a tutela da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Desde então, a Rádio MEC sofreu com mudanças políticas. Em abril de 1998, há o término do Setor de Educação e de Jornalismo da emissora, com a demissão de vários funcionários. Meses depois, após

---

<sup>9</sup> Sociólogo, professor universitário e político brasileiro. Foi Presidente da República por dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. Foi também o primeiro presidente reeleito da história do país.



pressões diversas, o jornalismo volta a operar precariamente. Após anos de sucateamento e com sua programação educativa quase toda extinta, a Rádio MEC voltou a cumprir seu papel educativo a partir de 2003, com o Governo Lula<sup>10</sup>.

(...) a Rádio MEC hoje, pertencente a ACERP, Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto, volta a priorizar em sua programação a boa música popular e de concerto e uma programação educativa voltada para cidadania e programas para diferentes públicos. (AVELAR, 2004)

### **3 - Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro – a Rádio Roquette-Pinto**

Ainda em 1933, Roquette-Pinto desejava implantar uma nova rádio. Ele entrou em contato com Anísio Teixeira<sup>11</sup> e o convenceu a apoiar o projeto. Assim, surgiu, em 1934, a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro, PRD-5, que foi rebatizada em 1945 com o nome de Rádio Roquette-Pinto.

Lamentavelmente, a rádio saiu do ar em 1994, quarenta anos após a morte de Roquette Pinto, por falta de equipamentos e por puro descaso do governador Antony Garotinho, que implantou, na época, uma “programação AM” na Roquette Pinto FM, rebatizada de 94 FM e dedicada ao popularesco mais rasteiro, com jornadas esportivas, pagode e “funk carioca”, programação merecidamente castigada pela baixíssima audiência. Com Benedita da Silva como governadora interina, a Roquette Pinto AM voltou ao ar, em 2001, em texto publicado no “Preserve o Rádio AM”. Infelizmente, com Rosinha Garotinho no governo, a Roquette Pinto AM saiu do ar. (FIGUEIREDO)

Enquanto esteve operando, dentro dos ideais de Roquette-Pinto, a emissora assumiu um caráter estritamente educacional atuando em vários níveis de ensino. “Este ideal é retomado pelo Governador Sérgio Cabral<sup>12</sup> e a orientação da emissora, entregue ao radialista Artur da Távola<sup>13</sup>. No dia 9 de maio de 2007, Sérgio Cabral aprovou e inaugurou a nova programação da 94,1 FM”. (Governo do Rio de Janeiro) Em 2006, a Rádio MEC completou 70 anos com uma programação especial:

o lançamento de um livro, reforma do andar térreo da rádio e do auditório, 8 lançamentos do Selo Rádio MEC com patrocínio cultural da Petrobrás, missa em ação de graça celebrada pelo Cardeal do Rio e transmissão de uma programação especial de aniversário durante todo o ano, incluindo diversos concertos. (RÁDIO MEC)

<sup>10</sup> Atual Presidente da República.

<sup>11</sup> Advogado, intelectual, educador e escritor brasileiro. Personagem central na história da educação no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Defendeu o ensino público, laico e obrigatório. Fundou a Universidade do Distrito Federal, em 1935.

<sup>12</sup> Governador do estado do Rio de Janeiro.

<sup>13</sup> Foi advogado, jornalista, radialista, escritor, professor e político brasileiro. Morreu no Rio de Janeiro, em 09 de maio de 2008.



Edgard Roquette Pinto faleceu aos 70 anos no dia em 18 de outubro de 1954, de enfarte, no seu apartamento na Avenida Beira –Mar, enquanto escrevia um artigo para o Jornal do Brasil, no qual era colunista. Tinha 70 anos.

#### **4 - Outras iniciativas do rádio educativo no Brasil**

Durante boa parte da década de 1920, segundo Moreira (1991), as Rádios Clubes do Brasil, Educadora e Mayrink Veiga, que seguiram à Rádio Sociedade no Rio de Janeiro, também operavam com programação educativa-cultural.

Em outros estados brasileiros a situação era parecida: caso de São Paulo, por exemplo, que ganhou a sua primeira emissora, Rádio Educadora Paulista, em janeiro de 1924, formada por um grupo de engenheiros que tinha como meta “dotar o estado de uma emissora com fins culturais”, de acordo com o relato de Mário Ferraz Sampaio, no livro História do Rádio e da Televisão no Brasil e no Mundo. (MOREIRA, 199, p. 16)

Moreira (2003) afirma que “entre 1922 e 1932, período que corresponde à fase inicial do rádio brasileiro, a intenção era explorar a sua potencialidade para a educação e a instrução”. Fica claro que nessa primeira fase, o papel do rádio foi exclusivamente voltado para transmitir educação e cultura, composta por aulas, conferências e palestras, distribuídas em vários cursos.

Na época o Rio de Janeiro era a capital do Brasil, o que facilitava e enriquecia a programação da emissora, permitindo que a rádio inserisse na sua programação personalidades da música e do teatro brasileiro, além da presença constante de cientistas e estudiosos de diversos assuntos, que em visita à cidade eram convidados a contribuir com seu saber nos programas. “Isso levou estudiosos, como José Silvério Baia Horta, a afirmar que ‘na programação da Rádio Sociedade podia ser notada uma preocupação com a divulgação de difíceis conhecimentos científicos e literários’”. (MOREIRA, 2000, p. 23).

Muitas das idéias que Roquette organizou, foram seguidas. Um exemplo concreto disso foi à criação da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal, no ano de 1933, com o educador Anísio Teixeira, que esteve à frente do novo empreendimento. Segundo o artigo de José Silvério Baia Horta, Histórico do Rádio Educativo no Brasil, a Rádio Escola deu início a uma nova fase no rádio educativo:

preocupada em manter o contato com os alunos, a estação distribuía folhetos e esquemas das lições que eram enviados antes das aulas radiofônicas, pelo correio às pessoas inscritas. Os alunos, por sua vez, enviaram à emissora trabalhos relacionados com os assuntos das aulas e mantinham contato com a emissora por carta, telefone e até mesmo visitas. (apud MOREIRA, 1991, p. 18)

Um ano depois de inaugurada, a Rádio Escola havia recebido mais de 10.800 trabalhos dos alunos que participavam das aulas. Esses números evidenciavam a



necessidade de manter contato direto entre emissora e ouvinte e de estruturar e estabelecer uma didática específica para o ensino através do rádio.

### **5 - O sistema oficial do rádio educativo e algumas iniciativas particulares**

Com a doação da Rádio Sociedade ao Ministério da Educação e Cultura, atualmente Rádio MEC, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE), em 1937, no governo do presidente Getúlio Vargas. Esse serviço era destinado a promover, de forma permanente, a criação de programas educativos.

Apesar das diretrizes estritamente educativas defendidas pelo Serviço, grande parte dos projetos previstos sofreu a interferência direta de outro órgão governamental, existente durante o governo de Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo, o temido e poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ainda segundo o artigo de José Silvério Baia Horta, um relatório das atividades do Serviço de Radiodifusão Educativa, elaborado em 1944 por Fernando Tude de Souza, seu primeiro diretor, apontava um conflito de interesses e de áreas de atuação surgido entre o Serviço e o DIP, mais interessado em utilizar o rádio para a propaganda política do regime em vigor do que em valorizar a disseminação de programas radiofônicos realmente educativos. (MOREIRA, 1991, p. 18)

Mesmo diante dessa realidade, a proposta inicial do rádio educativo avançava em diversos lugares do país. “Uma delas era o programa Universidade no Ar, lançado em 1941 pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro que, coincidência ou não, era uma emissora caracterizada pelos estreitos laços mantidos com o governo getulista” (MOREIRA, 1991, p. 19). Criado pelo então diretor da Rádio, Gilberto de Andrade, o programa oferecia orientação metodológica a todos os professores do ensino secundário no Brasil, com cursos de letras, ciências, didática e pedagogia, entre outros.

Em São Paulo, projetos com rádio educativo também eram enraizados. Um deles foi uma iniciativa do SESC em conjunto com o SENAC do estado que lançou uma grande campanha educacional destinada à classe operária do interior paulista.

Ao contrário da iniciativa desenvolvida na Rádio Nacional, a Universidade no Ar em São Paulo visava um segmento específico de alunos, que ouviam as aulas em grupos e debatiam os assuntos tratados orientados por um professor, enriquecendo o aprendizado com explicações complementares. (MOREIRA, 1991, p. 19)

Segundo Moreira (1991), de todos os planos educacionais de recepção organizados através do rádio, o mais completo e inovador foi o de Ribas da Costa, apresentado no livro *Educação Fundamental pelo Rádio*, editado em 1956.

Utilizando-se de experiências anteriores na área, inclusive internacionais, como a da *Acción Cultural Popular*, na Colômbia, o professor previa a instalação de uma rede de emissoras de ondas médias nas regiões brasileiras onde o número de rádios fosse escasso e a densidade populacional fosse alta. Como conta o autor, o plano de Ribas da Costa, era fazer com que os alunos das Escolas Radiofônicas fossem orientados por monitores – voluntários com um mínimo de



conhecimentos – que auxiliariam os professores-locutores, no trabalho de alfabetização de alunos, principal meta do projeto. (MOREIRA, 199, p. 19)

Em 1957, as propostas de Ribas da Costa resultaram em um convite para organizar o Sistema de Rádio Educativo Nacional, mais conhecido como SIRENA, patrocinado pelo Ministério da Educação.

Um ano depois, 11 emissoras irradiavam cursos básicos do sistema. Em 1961, chegaria a 47 o número de rádios envolvidas no projeto de combate ao analfabetismo. A iniciativa foi extinta em 1963 pela escassez de recursos materiais, em decorrência da estabilidade política que afetava a administração federal. (MOREIRA, 2003:24)

A participação da Igreja nas experiências com o rádio educativo no País concretizou-se a partir de 1961, com a assinatura de um decreto presidencial que regulamentava o Movimento de Educação de Base, criado por Dom Eugênio Salles para ser desenvolvido através de escolas radiofônicas sob a supervisão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. A programação do MEB tinha como meta adaptar-se às necessidades de cada realidade e o incentivo a essa prática de conscientização serviu como apoio para a introdução da idéia de animação popular, segundo Moreira (1991).

A proposta de animação popular tornou-se o centro da ação educativa do MEB e as Escolas Radiofônicas passaram a representar apenas um instrumento dentro desse contexto. A experiência do Movimento de Educação de Base atravessaria um momento difícil no final da década de 1960, quando o Brasil vivia a fase mais dura do regime militar iniciado com o golpe de 1964. Nessa época, a palavra conscientização passou a ser interpretada como uma ameaça à ordem instituída no País. (MOREIRA, 1991, p. 21)

Na primeira metade dos anos 60, a Igreja Católica formou a maior rede brasileira de rádio, com mais de 100 emissoras espalhadas pelo país. Com esse alcance e poder de comunicação, foram as primeiras a sofrer as sanções impostas pela ditadura militar, a partir de 31 de março de 1964.

Durante a década de 1970, apesar das duras regras do regime militar, como a censura à mídia, algumas iniciativas do rádio educativo foram iniciadas. Uma delas foi o Projeto Minerva, no qual as rádio comerciais deveriam destinar cinco horas semanais (tempo obrigatório e gratuito) à transmissão de programas educacionais.

Ainda na década de 70, foi desenvolvido o MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização, que utilizava de diversos meios para transmitir o ensino.

Curso produzido para o público adulto de nível primário, com 108 programas de 30 minutos, pretendia capacitar para o mercado de trabalho os alunos alfabetizados pelo MOBRAL. Foi transmitido durante o ano de 1971, já utilizando o horário noturno destinado aos programas educativos pela Portaria nº 408/70 – que seria a responsável pela criação do Projeto Minerva. (PIMENTEL, 1999, p. 56)



Para dar continuidade as transmissões de programas educativos, foi criado, no início dos anos 80, o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa, SINRED. O objetivo desse novo sistema, que era “divulgar as manifestações culturais de cada região do Brasil, promovendo o intercâmbio de informações, mostrando as raízes culturais e as novas produções regionais” (PIMENTEL, 1999, p. 79).

O SINRED no decorrer dos anos deixou de ser apenas um sistema de radiodifusão educativo e passou, também, a transmitir programas jornalísticos e culturais.

Em 1998, com a extinção da Fundação Roquette-Pinto, pertencente à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e com a criação da Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto – ACERP, uma Organização Social, os projetos educativos da Rádio MEC do Rio de Janeiro ficaram bastante reduzidos. Com isso, o próprio SINRED está desativado, e foi criada uma nova emissora via satélite, a MEC-SAT, para a transmissão da programação da Rádio MEC. A programação que vem sendo transmitida, no entanto, está mais voltada para o entretenimento, sendo em sua maior parte de música brasileira. (PIMENTEL, 1999, p. 86)

Outra iniciativa, de âmbito regional, foi o Projeto Sare (Sistema de Avaliação para Rádio Educativo), desenvolvido entre 1974 e 1977 pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura (Feplan). O objetivo era “implementar um sistema de controle e avaliação capazes de identificar a qualidade dos métodos, das técnicas e dos conteúdos de ensino, além de uma metodologia de produção dos cursos e séries de programas radiofônicos”. (MOREIRA, 2003, p. 25)

É possível citar ainda outra experiência, como da Rádio Cultura, que começou a operar em 1936 e desde sua fundação vem se dedicando à difusão de atividades artísticas e culturais da cidade de São Paulo. Em 1959, a emissora foi comprada pelo grupo Diários Associados e depois transferida para a Fundação Padre Anchieta, uma entidade pública de direito privado.

Através da Lei Estadual nº 9.849, de 26 de setembro de 1967, o governo do estado de São Paulo criou a Fundação Padre Anchieta (FPA) e comprou as ações da Rádio Cultura, doando-as à fundação. Embora possuindo independência intelectual, política e administrativa ficou determinado que deveria submeter seu orçamento à Casa Civil do Governo do Estado. (COLODETTI, 2003, p. 78)

Nos anos 80 e 90, pouco se criou. “A utilização do rádio como instrumento de educação esteve restrita a ações governamentais isoladas, como as campanhas dos ministérios da Saúde e da Educação.” (MOREIRA, 2003, p. 25)

Hoje, segundo pesquisas de Zuculoto (2008) as rádios não-comerciais estatais, educativas, culturais e universitárias já somam cerca de quatro centenas de veículos



espalhados por todo o Brasil. Porém, ainda falta regulamentar os três sistemas presentes na Constituição de 1988.

Até meados dos anos 90, integravam o então chamado sistema educativo de rádio. Hoje, a maior parte delas se autodenomina emissoras públicas, embora, até o momento, a legislação brasileira para a radiodifusão não inclua a regulamentação dos três sistemas estabelecidos pela Constituição de 1988: os sistemas privado, público e estatal. (ZUCULOTO, 2008, p. 2)

## **6 - Rádio para quem?**

Para Roldão (2006), desde a primeira transmissão oficial de radiodifusão, no Brasil, em 1922, nunca houve uma política democrática de concessões e nem uma legislação que realmente as controlasse a partir do interesse público.

Até a promulgação da Constituição de 1988, a legislação que regulamentava as concessões de rádio e televisão atribuía ao presidente da República poder absoluto. A Constituição Brasileira promulgada em 1988, ao definir que as concessões e renovações devem passar pelo Congresso, mudou apenas formalmente essa política. (ROLDÃO, 2006, p. 2)

Para Ferreira (2007) aquela que é considerada por muitos a primeira experiência radiofônica no Brasil, foi marcada por um discurso político: em setembro de 1922, durante a exposição que comemorava o centenário da independência do Brasil, no Rio de Janeiro, Epitácio Pessoa tornou-se o primeiro presidente brasileiro a falar no Rádio.

Outros políticos também encontraram no rádio um importante aliado: Juscelino Kubitschek, Aluisio Alves, Carlos Lacerda, Leonel Brizola.

Já nas décadas de 1960 e 1970, sob a ditadura, os militares utilizaram a censura e a suspensão de licenças como recursos para impedir que grupos contrários ao regime de exceção mantivessem controle sobre o rádio e através dele manifestassem idéias contrárias ao autoritarismo vigente. (FERREIRA, 2007, p. 2)

A história mostra que o rádio no Brasil foi utilizado como forma de barganha por muitos políticos. “É a partir do governo Figueiredo que as concessões passam a ser empregadas como moeda política em Brasília, nas negociações entre o Executivo e o Legislativo” (Moreira, 1998, p. 86)

Entre outubro de 84 e março de 85 – período em que acontece a batalha da eleição indireta para a Presidência, com Tancredo Neves representando o PMDB e Paulo Maluf o PDS – 140 concessões de rádio e TV foram distribuídas pelo Ministério das Comunicações. No total, o general Figueiredo, em seis anos de governo, liberou 634 concessões de rádio e televisão. Intensificava-se a partir daquela fase uma movimentação diferente entre concessionários e poder concedente. (MOREIRA, 1998, p. 87).

Ao assumir a Presidência da República, José Sarney não só mantém como amplia a prática perniciosa de trocar estações de rádio e TV por votos no Congresso Nacional.



No total, a administração Sarney distribuiu 1.028 concessões de emissoras de rádio (AM e FM) e de televisão – 30,9% dos canais existentes na época. Em apenas um mandato, José Sarney assinou um número de concessões superado apenas pela soma das permissões autorizadas por todos os Presidentes brasileiros entre 1934 e 1979: ao longo de 45 anos haviam sido outorgados 1.483 canais de rádio e TV, ou 44,5% das emissoras que estavam no ar em 1989. (Ibid., p. 94).

Também o governo FHC é acusado de fazer uso político da distribuição de emissoras.

Entre 1995 e 1996, por exemplo, durante a discussão da emenda que possibilitaria a reeleição, “o governo concedeu 1.848 licenças de repetidoras de TVs, das quais 268 foram entregues a entidades ou empresas controladas por 87 políticos”, conforme atesta documento elaborado pelo pesquisador Israel Bayma. Nos últimos três meses do segundo mandato (2002), de forma apressada, o governo aprovou 291 concessões, licenças e permissões de emissoras de radiodifusão, sendo 89 processos autorizados em uma única sessão no Senado. Constam desse total 229 concessões de rádios comunitárias e 16 concessões de TVs Educativas, das quais nove foram destinadas a Minas Gerais (Estado de origem do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que as autorizou em abril, antes, portanto, de se descompatibilizar do cargo)<sup>15</sup>. Impedido de distribuir concessões comerciais, a partir da lei instituída em seu próprio governo, Fernando Henrique Cardoso investe nos canais educativos e comunitários, cujos contratos estão livres do processo de licitação. (FERREIRA, 2007, p. 11)

De acordo com reportagem publicada na revista Carta Capital (1998, p.28 apud ROLDÃO, 2006, p.2), “96 parlamentares (83 deputados federais e 13 senadores) tinham, em março de 1995, concessões de rádio e TV”; sem contar as concessões em nome de familiares de nomes famosos da política brasileira, como Antônio Carlos Magalhães<sup>14</sup> e José Sarney<sup>15</sup>, entre tantos outros. Segundo reportagem da revista Sem Fronteiras (1997, p.16, apud ROLDÃO, 2006, p. 3), 90% da mídia nacional é controlada por 15 grupos e famílias.

Lima (2008) classifica a utilização das concessões de radiodifusão como moeda de barganha política como Coronelismo Eletrônico. “É um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século XX, que resulta, dentre outras razões, da opção que a

---

<sup>14</sup> Antônio Carlos Peixoto de Magalhães nasceu em Salvador em 4 de setembro de 1927 e morreu em São Paulo, em 20 de julho de 2007. Foi empresário e político com base eleitoral na Bahia, estado que governou por três vezes (duas vezes foi nomeado pelo Regime Militar Brasileiro), além de ter sido eleito senador em 1994 e em 2002. Egresso da UDN, ARENA, PDS e PFL, teve os Democratas como sua última agremiação partidária. Era conhecido pelo acrônimo ACM. A família de ACM é concessionária da Rede Bahia, um conjunto de oito emissoras - retransmissoras da Globo, espalhadas pelo Estado e donas de 80%, em média, da opinião pública. Isso sem contar que a família dele controla mais de 120 emissoras rádios doadas no Estado a amigos ou aliados políticos.

<sup>15</sup> José Sarney de Araújo Costa nasceu em 24 de abril de 1930. É político e escritor brasileiro. Foi o trigésimo-primeiro presidente do Brasil, de 1985 a 1990. Vice-presidente eleito pelo Colégio Eleitoral, na época, assumiu o cargo devido ao falecimento do titular, Tancredo Neves. É o atual presidente do Senado Federal, desde o dia 2 de fevereiro de 2009. Sarney é concessionário da Rede Globo do Maranhão e também controla uma vasta rede de meios de comunicação local.



União fez, ainda na década de 30, pelo modelo de outorga, a empresas privadas, da exploração dos serviços públicos de rádio e TV”. (LIMA, 2008, p. 27)

Para Roldão (2006), fica evidente que a política de radiodifusão brasileira, fruto de um “jogo de interesses”, nunca valorizou a discussão sobre as emissoras de rádio e TV educativas.

Mesmo entre as emissoras educativas a política de concessões no Brasil é questionável. Moreira (1998, p. 144) conta, por exemplo, que na apuração da tragédia do Palace II surgiram informações sobre o patrimônio do empresário Sérgio Naya. Entre muitos outros bens, o empresário mantinha há anos um esquema radiofônico em várias cidades mineiras. “Em 1998, pelo menos 13 emissoras estavam no ar em campanha permanente para o deputado – a maioria conseguida como concessões educativas por intermédio da Fundação Serafim Naya de Pesquisas Médico-Hospitalares”. (ROLDÃO, 2006, p. 5)

O Ministério da Educação reativou e ampliou, a partir de 2004, o projeto Rede de Comunicadores pela Educação. Roldão (2006) explica que a equipe responsável já percorreu 15 capitais do Nordeste, Sudeste e Sul do país, com oficinas para quase 500 radialistas, instruindo a fiscalização de projetos sociais do governo federal. No entanto, as iniciativas que vem sendo empreendidas, apesar de bem sucedidas e com resultados positivos, ainda não contemplam a realidade sócio-econômico-cultural do Brasil. Ainda há muito por fazer.

Apesar destas experiências educativas, uma reportagem publicada pela Folha de São Paulo, em 18 de junho de 2006 e assinada por Elvira Lobato, afirma que

“o governo Lula reproduziu uma prática dos que o antecederam e distribuiu pelo menos sete concessões de TV e 27 rádios educativas a fundações ligadas a políticos. Também foi generoso com igrejas: destinou pelo menos uma emissora de TV e dez rádios educativas a fundações ligadas a organizações religiosas. Esse fenômeno confirma a afirmação de funcionários graduados do Ministério das Comunicações de que, no Brasil, a radiodifusão "ou é altar ou é palanque"”. (LOBATO, 2006)

A reportagem divulga ainda outros dados que dizem respeito às emissoras educativas.

Em três anos e meio de governo, Lula aprovou 110 emissoras educativas, sendo 29 televisões e 81 rádios. Levando em conta somente as concessões a políticos, significa que ao menos uma em cada três rádios foi parar, diretamente ou indiretamente, nas mãos deles. Fernando Henrique Cardoso autorizou 239 rádios FM e 118 TVs educativas em oito anos. No final de seu segundo mandato, a Filha, em levantamento semelhante, comprovou que pelo menos 13 fundações ligadas a deputados federais receberam TVs, desmentindo a promessa que ele havia feito de que colocaria um ponto final no uso político das concessões de radiodifusão. (Ibid.)

O site do Ministério das Comunicações é bem claro ao declarar quem tem preferência para executar a radiodifusão educativa no Brasil:

são competentes para executar os serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos: com preferência estabelecida em lei, a União



Federal, os Estados e o Distrito Federal, os Municípios e as universidades brasileiras, públicas ou particulares; sem nenhum tipo de preferência, as fundações particulares com finalidades educativas. (MC, 2009)

Portanto, pelas leis federais, as rádios educativas deverão permanecer nas mãos dos políticos, e, desta forma, estas mesmas leis depõem contra a democratização da comunicação no Brasil.

Na mesma reportagem à Folha (2006), o deputado federal João Caldas (PL-AL) que criou a Fundação Quilombo, em Alagoas, e recebeu licença para uma rádio FM educativa em Maceió, em dezembro de 2005 e, no governo FHC, recebeu uma TV educativa em Maceió e cinco emissoras de rádio no interior do Estado afirmou que não acredita que isso vá mudar. “As pessoas mais influentes são as que têm meios de comunicação, como ACM na Bahia, Orestes Quércia em São Paulo e a família Sarney no Maranhão. Comunicação dá voto.”, disse ele na época.

Porém, apesar desta trajetória, o rádio ainda pode resgatar seu caminho precursor através de iniciativas educativas, de resgate da cidadania e de inclusão social se os legados de Bertold Bretsch, Mario Kaplún e Paulo Freire fossem colocados em prática. Com um vislumbamento positivo, e em tom de repúdio ao caminho do rádio face aos interesses políticos, este artigo finaliza com uma frase de Roquette-Pinto.

O rádio é a escola dos que não têm escola, é o jornal de quem não sabe ler, é o mestre de quem não pode ir à escola, é o divertimento gratuito do pobre, é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado, pela cultura dos que vivem em nossa terra, pelo progresso do Brasil.”. (EDGARD ROQUETTE-PINTO)<sup>1</sup>

## 7 - Referências Bibliográficas

AVELAR, Liara. **O Rádio Educativo no Brasil: De Roquette-Pinto a Luiz Inácio Lula da Silva.** Artigo apresentado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho (GT História da Mídia educativa), em Florianópolis (SC), de 15 a 17 de abril de 2004.

BLOIS, Marlene. **Rádio Educativo no Brasil: uma história em construção.** Trabalho apresentado no Núcleo de Mídia Sonora, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

COLODETTI, Fernanda Xavier. **A Rádio MEC no contexto do rádio educativo contemporâneo.** Monografia de conclusão do Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, apresentada à Faculdade de Comunicação Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Orientadora: Professora Doutora Sonia Virgínia Moreira.

FERREIRA, Gisele Sayeg Nunes. **Sarney, FHC e Lula: 22 anos de “conversas ao pé do rádio” e democracia.** Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho História da Mídia Sonora, do V Congresso Nacional de História da Mídia, Facasper e CIEE, São Paulo (SP), 31 de maio, 1 e 2 de junho de 2007.



FIGUEIREDO, Alexandre. **Roquette Pinto e o rádio educativo no Brasil**. Disponível em [http://br.geocities.com/preserveoam/edgar\\_roquettepinto.htm](http://br.geocities.com/preserveoam/edgar_roquettepinto.htm) Acesso em 15/03/2009.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <http://www.fm94.rj.gov.br/Default.asp> Acesso em 25/03/2009

INEP. Disponível <http://www.prolei.inep.gov.br> Acesso em 19/09/2008.

LIMA, Venício A. de. **As concessões de radiodifusão como moeda de barganha política**. Revista Adusp. Janeiro 2008. Disponível em <http://www.adusp.org.br/revista/42/r42a02.pdf> Acesso em 01/04/2009.

LOBATO, Elvira. **Governo Lula distribui TVs e rádios educativas a políticos**. Folha de São Paulo. 18/06/2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79613.shtml> Acesso em 25/03/2009.

MC. Site do Ministério das Comunicações. Disponível em <http://www.mc.gov.br/radiodifusao> Acesso em 26/03/2009.

MOREIRA, S. V.. **A porção carioca do rádio brasileiro**. REVISTA USP, São Paulo, n.56, p. 42-47, dezembro/fevereiro 2002-2003 Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/56/07-sonia.pdf> Acesso em 25/03/2009.

\_\_\_\_\_ **Rádio educativo brasileiro: fragmentos históricos**. Trecho originalmente produzido para o projeto La Radio em Iberoamérica, coordenado pela Universidad Pontificia de Salamanca (Espanha), in Cadernos da Comunicação. Série Memória – vol. 6. março de 2003.

PRETTO, Nelson. **Políticas públicas brasileiras em educação, tecnologia da informação e comunicação**. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de educação. Projeto de pesquisa – CNPq 2004/2007. Disponível em <http://wiki.dcc.ufba.br/GEC/PolíticasPublicas> Acesso em 25/03/2009.

RÁDIO MEC. **Uma história de ética e pioneirismo**. Disponível em <http://www.radiomec.com.br/70anos/intro.htm> Acesso em 25/03/2009.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo. **O Rádio Educativo no Brasil: uma reflexão sobre suas possibilidades e desafios**. Trabalho apresentado ao NP Comunicação Educativa do VI Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

ROQUETTE-PINTO. Relato. Disponível em <http://www.radiomec.com.br/70anos/intro.htm> Acesso em 25/03/2009.

ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **As grandes fases do Rádio Público brasileiro: em busca de uma periodização para pesquisas históricas deste segmento da radiofonia nacional**. Trabalho apresentado no NP Rádio e Mídia Sonora, do VIII Nupecom – Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – 2 a 6 de setembro de 2008.